

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Arte e Comunicação Social
Graduação em Produção Cultural

YUNA DE JESUS SÁ SAMPAIO E SANTOS

É POR AMOR?

**A Precarização do Trabalho de Produtores Culturais sob a Perspectiva Crítica do
Amor segundo bell hooks**

Niterói

2025

YUNA DE JESUS SÁ SAMPAIO E SANTOS

É POR AMOR?

**A Precarização do Trabalho de Produtores Culturais sob a Perspectiva Crítica do
Amor segundo bell hooks**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção
do Grau de Bacharel

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues.

Niterói

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S237? Santos, Yuna de Jesus Sá Sampaio e
É POR AMOR? : A Precarização do Trabalho de Produtores
Culturais sob a Perspectiva Crítica do Amor segundo bell
hooks / Yuna de Jesus Sá Sampaio e Santos. - 2025.
48 f.

Orientador: Luiz Augusto F. Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
Niterói, 2025.

1. Produção cultural. 2. Precarização do trabalho. 3.
Ética do trabalho. 4. Cultura. 5. Produção intelectual. I.
Rodrigues, Luiz Augusto F., orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
III. Título.

CDD - XXX



COORDENAÇÃO DE
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao dia **vinte e cinco de julho do ano de dois mil e vinte e cinco**, às **dez horas**, realizou-se a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **É POR AMOR? A Precarização do Trabalho de Produtores Culturais sob a Perspectiva Crítica do Amor segundo bell hooks**, apresentado por **Yuna de Jesus Sá Sampaio e Santos**, matrícula **120033020**, sob orientação do(a) **Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

2º Membro: **Dra. Flavia Lages de Castro**

3º Membro: **Ma. Andressa Dannielle da Paixão Alvarenga Silva**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição: 10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Documento assinado digitalmente



LUIZ AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES
Data: 25/07/2025 11:14:10-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues
Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e reverenciar minha Ancestralidade e às forças espirituais que me acompanham e direcionam! Mojubá Exu e à todos os Orixás, especialmente à Òsún, por me ensinar que o amor começa sempre em você mesmo. Agradeço e reverencio Maria Mulambo, Seu Tranca Rua das Almas, Maria Padilha das 7 Catacumbas, Exu Caveira, Cigana Rosa Vermelha, Cigana Esmeralda por me lembarem do meu compromisso e me ensinarem que amor é um ato de valor e deve ser levado a sério, Laroyê. Agradeço ao Ilê Asé Yemoja Tobi e sua Olori Egbè Agba Rosemery D'Yemoja por me apoiar e possibilitar, até hoje, que essas forças entrassem e agissem em minha vida.

Mãe, Jusele de Jesus Sá, agradeço pelo acolhimento em toda a trajetória da escrita de meu trabalho! Sua disponibilidade para me ouvir lendo e refletindo sobre o tema da pesquisa, mesmo sobrecarregada de trabalho, me fez sentir acolhida e extremamente tocada! E seus insights, sugestões e orientações foram valiosos e de enorme contribuição para essa pesquisa! É por sua trajetória que este trabalho também existe.

Madrasta, Andreza Bittencourt, agradeço por lembrar de mim quando teve contato com o livro “Tudo Sobre Amor” da bell hooks e por me indicá-lo e emprestá-lo! Se não tivesse feito isso, não teria escrito esse trabalho nem despertado o amor como ética em minha vida! Agradeço por me mostrar que o estudo, a pesquisa, a cultura e a educação são potências revolucionárias!

Avó, Eliane Maria de Oliveira Sampaio, professora e cantora, agradeço por ter sido a rede de apoio e de incentivo de muitos envolvidos com atividades culturais e me ensinado que o sucesso nunca é individual, sempre compartilhado!

Avó, Maria Antonia de Jesus Sá, que esse manifesto amoroso possa alcançá-la onde estiver, agradeço por ter sido a rede de apoio da minha mãe até o seu último ano e por ter feito tudo o que podia para apoiar os seus, com muita força e resistência!

Pai, Adriano Sampaio e Santos, agradeço pelo incentivo, cuidado e constante interesse na finalização deste trabalho e ciclo de vida! Suas ligações para acompanhar a escrita, nossas conversas sobre o tema, seus conselhos de ordem emocional e falas motivadoras foram essenciais para me motivar a escrever! Agradeço por me ensinar que o amor é diálogo e escuta aberta e honesta!

Avô, Walter Santos Filho, foi gestor cultural e um grande amante da cultura e das artes. Agradeço por me mostrar a magnitude e complexidade da cultura. Agradeço por ser um guia de vida e conselheiro paciente, que mesmo em seus últimos meses de vida, quando não podia mais falar, encontrava forças de opinar no meu tema de pesquisa!

Parceiro, Thomaz Almeida de Carvalho, agradeço pelo apoio incondicional em todo o processo emocional envolvido na finalização desse ciclo! Você é um

incansável companheiro, sempre se colocando disponível para me ouvir e conversar sobre meus processos de pensamento! Agradeço por me mostrar e ensinar na prática que o amor é segurança, paciência, escuta aberta, honestidade, comprometimento e acolhimento!

Gostaria também de agradecer:

Aos meus irmãos, Icaro Sá Nascimento e Rudá Bittencourt Sampaio e Santos, por serem protagonistas em meu coração, e estarem sempre abertos à receber meu amor mais puro e honesto.

Ao meu orientador, Professor Luiz Augusto, por toda a sua dedicação ao campo cultural e ao curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense.

À minha terapeuta, Suzuki Gomes Tanin, por me provocar reflexões sobre o amor desde os meus 15 anos de idade e reforçar que a transformação é sempre por amor, e seu aprendizado e prática requer muito comprometimento, esforço e acolhimento.

À minha querida sogra, Thais Helena de Almeida, pela disponibilidade, acolhimento e aconselhamento durante minha jornada de escrita. Também agradeço pelo seu exímio trabalho na cultura, como restauradora e pesquisadora, de grande contribuição para a valorização desse campo. Seu comprometimento com a pesquisa acadêmica é inspirador!

Aos meus queridos amigos, pela parceria e por todos os momentos de felicidade, descontração, de aconselho, trocas sinceras, desabafo e comemorações. Me sinto grata e orgulhosa por sermos uma rede de apoio amorosa, honesta, acolhedora e inspiradora.

À toda a equipe baluartiana, por me ensinarem que o trabalho também pode ser companheirismo, afeto verdadeiro e disposto à escuta honesta. O impacto, antes de ser - e para ser - externo, precisa ser interno!

À Ludmila Teixeira, por ser de grande ajuda e apoio na reta final de escrita!

E, por fim, agradeço a mim mesma, por ter cumprido com minha missão de escrever esse trabalho e atravessado as dificuldades envolvidas nesse processo. Me agradeço por sentir satisfação e orgulho próprio antes de qualquer outra pessoa.

“Amor, amor, amor
Amor é uma palavra para quem sabe dar valor.”

Trecho de cantiga tradicionalmente entoada em cultos afro-brasileiros para Pombagira, carrega um ensinamento ancestral sobre o amor como valor.

RESUMO

Este trabalho investiga as relações entre amor, ética e precarização no campo da produção cultural, propondo o amor como uma potência transformadora para a melhoria das condições laborais dos produtores culturais. A pesquisa parte de uma perspectiva pessoal e acadêmica, inspirada nas reflexões de bell hooks, especialmente em *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2021), para repensar o amor não como sentimento idealizado e romantizado, mas como prática política e ética. O estudo analisa como a afetividade — frequentemente relacionada simbolicamente ao campo da produção cultural — está relacionada às condições de trabalho dos profissionais da cultura, os quais atuam, muitas vezes, em contextos marcados por informalidade, instabilidade e ausência de direitos. A partir de um mapeamento dessas relações e do aprofundamento teórico sobre a precarização do trabalho cultural, busca-se compreender como a ausência de amor se relaciona com estruturas históricas de poder e exclusão. Ao abordar o amor como uma prática de valorização pessoal, coletiva e revolucionária, a pesquisa propõe novas possibilidades de resistência e valorização profissional no setor cultural.

Palavras-chave: Produção cultural; Precarização do trabalho; Amor como prática ética; bell hooks; Cultura e afetividade.

ABSTRACT

This study investigates the relationships between love, ethics, and precariousness in the field of cultural production, proposing love as a transformative force for improving the working conditions of cultural producers. The research is developed from both a personal and academic perspective, inspired by the reflections of bell hooks, especially in *All About Love: New Visions* (2021), in order to rethink love not as an idealized or romanticized feeling, but as a political and ethical practice. The study analyzes how affectivity—often symbolically associated with the field of cultural production—is intrinsically connected to the working conditions of cultural professionals, who frequently operate in contexts marked by informality, instability, and lack of rights. Through a mapping of these relationships and a theoretical deepening on the precariousness of cultural labor, the research seeks to understand how the absence of love relates to historical structures of power and exclusion. By approaching love as a practice of personal, collective, and revolutionary appreciation, this study proposes new possibilities for resistance and professional recognition in the cultural sector.

Keywords: Cultural production; Work precariousness; Love as ethical practice; bell hooks; Culture and affectivity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	01
2 PRODUÇÃO E GESTÃO CULTURAL - AGENTES TRANSFORMADORES -----	05
3 O SETOR CULTURAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO -----	10
3.1 Introdução à Precarização do Trabalho -----	10
3.2 Cultura, Economia e Política -----	11
3.3 Precarização e informalidade - produtores como empresários de si mesmos- -----	15
4 O SETOR CULTURAL E O AMOR - É NO COLETIVO QUE ELE FLORESCE –	20
4.1 Contrastes e Paralelos -----	20
4.2 Amor, Comunhão e Resistência -----	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	29
REFERÊNCIAS -----	35

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe enxergar o amor como potência para a construção de uma melhor qualidade de trabalho para os produtores culturais. O tema da afetividade, seja do sentimento ou da ação de afetar, é comumente abordado e estudado nas aulas da graduação de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense. Porém, o foco desta discussão nas salas de aula é normalmente referente ao que é produzido, mas esporadicamente sob a ótica de quem as produz. Esta pesquisa propõe uma ampliação desse olhar, centrando-se na perspectiva do profissional de produção e gestão cultural e de como ele é afetado pelo trabalho, e a precarização deste, através das reflexões levantadas por bell hooks¹ em “Tudo sobre o Amor Novas Perspectivas”.

Na introdução desta pesquisa, considero fundamental contextualizar que sou filha de uma produtora cultural, Jusele de Jesus Sá, mulher negra e periférica, mãe solo de dois filhos e a primeira de nossa família a ingressar em uma universidade pública. Com coragem e resistência, ela enfrenta há 28 anos os desafios e as precariedades estruturais que marcam o setor cultural. Ao longo da minha formação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense e da inserção no mercado de trabalho, percebi uma dificuldade recorrente: compreender, de fato, o lugar que o amor e o afeto — termos tão frequentemente mencionados — ocupavam nesse campo. Reconhecia que muitas produções culturais geram impactos afetivos e positivos em seus territórios e nos públicos envolvidos. No entanto, não via o mesmo cuidado e reverberação afetiva sendo direcionados a quem as realizava. Assim, concluí que o amor, na prática, não se expressava, de maneira geral, nas relações de trabalho, mas sim na insistência em continuar produzindo, mesmo diante da precariedade. Produzia-se por amor, não por reconhecimento ou qualidade de vida.

Por mais nobre que essa motivação pudesse parecer, ainda me causava incômodo: se produzimos por amor, por que é necessário aceitar um mercado de trabalho tão desconectado desse propósito? Foi a partir da leitura da obra de bell hooks — que me mobilizou por suas novas perspectivas sobre o amor como prática ética, política e transformadora — que decidi mudar o tema do meu Trabalho de

¹ bell hooks está em minúsculo pois é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó e como forma de posicionamento político da recusa egóica intelectual.

Conclusão de Curso. Inicialmente, seria uma cartilha para calouros do curso de Produção Cultural da UFF. No entanto, nesta pesquisa, opto por investigar a precarização do trabalho na cultura a partir dos desdobramentos do amor nesse campo.

Também é fundamental introduzir a pensadora feminista negra estadunidense, bell hooks (1952-2021), autora do livro “Tudo sobre Amor Novas Perspectivas” (2017), que ofereceu uma nova perspectiva perante a questão principal tratada no pesquisa. Ela contribuiu imensamente com reflexões sobre raça, gênero, classe, educação e amor como práticas alinhadas à resistência e transformação social. A partir de suas reflexões, é proposto uma ressignificação do conceito de amor, culturalmente compreendido como uma emoção idealizada e romantizada, mas que no livro é apresentado como uma ação política e comunitária.

Conforme destacado no prefácio do livro, escrito pela historiadora Silvane Silva, aqui nesse trabalho o primeiro passo também será “abandonar a ideia de que o amor é apenas um sentimento e passar a entendê-lo como ética de vida.” (Silva *apud* hooks, 2021, p. 10). A partir desse entendimento, passamos a identificar o amor como uma potência transformadora pois “anuncia a possibilidade de rompermos o ciclo de perpetuação de dores e violências para caminharmos rumo a uma ‘sociedade amorosa’ ” (*idem*, p.10). E, assim como bell hooks, também está sendo considerado o amor como uma “força capaz de transformar todas as esferas da vida...”, força que aqui será relacionada ao campo da cultura, mais especificamente à precarização do trabalho enfrentado pelo produtor cultural.

Para bell hooks, o amor verdadeiro é uma prática escolhida, “Amar é um ato da vontade” (Fromm *apud* hooks, 2021, p.47) e é uma combinação de “cuidado, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta” (hooks, 2021, p. 94). Por ser uma ação, é necessário escolher, o aprender, para que seja possível, assim, de fato o praticar. Pode-se identificar que o amor é algo favorável não somente para boas relações interpessoais, mas também para relação entre estruturas de uma sociedade com aqueles que fazem parte dela. Levando em consideração o recorte deste trabalho, é essencial que, por exemplo, os profissionais de produção cultural sintam-se **respeitados** em seus acordos laborais, tenham **reconhecimento** da importância de seu trabalho pelo Estado, que, por sua vez, se **compromete** em garantir um melhor cumprimento das leis trabalhistas desse setor. Assim, entende-se como as práticas

alinhadas à ética amorosa podem afetar positivamente a sociedade e suas dinâmicas de trabalho.

Em cada capítulo do livro, bell hooks se aprofunda em diversas relações para discorrer sobre importantes ingredientes do amor, para falar sobre justiça, por exemplo, bell adentrou nas relações familiares e na infância; para falar de honestidade, foi a vez de problematizar o patriarcado nas relações amorosas e como ele afeta ambos homens e mulheres. Quando bell fala sobre o compromisso, ela discorre sobre o amor-próprio, e é aí que a relação com o trabalho tem um maior espaço no livro: “A maioria das pessoas não cresce sabendo que o trabalho que escolhemos terá grande impacto em nossa capacidade de ter amor-próprio” (*idem*, p.101). Bell não está falando somente da escolha da sua profissão, mas também, da escolha do espaço, dos parceiros e do mercado de trabalho que irão estruturar, ou não, sua jornada.

Para discutir o amor como uma prática transformadora, é fundamental primeiro evidenciar o que precisa ser transformado. Este trabalho propõe, portanto, uma reflexão sobre as relações entre o amor e o campo da produção cultural, a partir de análises e mapeamentos que envolvem esse tema. Inicialmente, questiona-se o papel do profissional da produção cultural como um agente de transformação social, considerando que sua atuação envolve diretamente as identidades, os valores e os modos de organização de uma comunidade. Nessa perspectiva, entende-se que esses profissionais estão profundamente conectados à potência transformadora do amor, conforme defendido por bell hooks, uma vez que sua prática pode fomentar vínculos, promover cuidado coletivo e propor rupturas com estruturas opressoras.

Após delimitada a conexão desses profissionais com o amor a partir de sua potência transformadora, esse trabalho passa a explorar as dinâmicas de precarização, informalidade e instabilidade no setor cultural, tornando-se possível traçar paralelos entre esses fenômenos e a ausência de amor na cultura ocidental. Nesse contexto, observa-se a negligência com os direitos trabalhistas nos acordos laborais, o descaso com a qualidade de vida dos profissionais da cultura e o enfraquecimento de vínculos afetivos tanto nas relações profissionais quanto interpessoais. A partir dessa perspectiva, o trabalho propõe uma reflexão sobre como essa concepção de amor pode ser relacionada a estruturas de poder historicamente consolidadas na sociedade e, assim, apontar possíveis caminhos

para que produtores culturais resistam perante os efeitos dos desamores sociais vivenciados no mercado de trabalho.

Portanto, esta pesquisa busca trazer à tona reflexões fundamentais sobre como o amor e a afetividade se relacionam com as condições de trabalho dos produtores culturais. Tais temas não dizem respeito apenas a quem atua diretamente no setor, mas à sociedade como um todo, considerando que a cultura desempenha um papel essencial na formação de valores, no fortalecimento da cidadania e na promoção do bem-estar coletivo.

Além disso, o estudo emerge em um contexto recente de profundas perdas para o setor cultural, agravadas pela pandemia de Covid-19 e por gestões governamentais que atuaramativamente na desestruturação das políticas públicas de cultura. Muitos profissionais viram ruir a pouca estabilidade que haviam conquistado, o que torna ainda mais urgente refletir sobre a valorização desses trabalhadores.

O objetivo central desta pesquisa é não apenas contribuir com a produção acadêmica sobre o tema, mas também evidenciar como a presença — ou a ausência — do amor impacta diretamente as estruturas econômicas e políticas que moldam o mercado cultural através e um mapeamento dessas relações entre o amor como ética de vida e a precarização do trabalho de produtores culturais. Falar de amor, compreendido aqui como uma prática ética, coletiva e transformadora, pode ser um gesto revolucionário, especialmente em um sistema que se sustenta na escassez de afeto, no isolamento e na desigualdade.

Por fim, esta investigação defende a importância de um mercado de trabalho que garanta dignidade, segurança e espaço para a criatividade dos produtores culturais — de modo que “trabalhar por amor” não seja uma sentença à precarização, mas uma escolha possível, sustentada por relações justas e políticas públicas comprometidas com o cuidado. E, assim, esse trabalho explora as seguintes hipóteses: o amor ético está relacionado ao campo da produção cultural; a precarização do trabalho pode ser relacionada com a ausência de amor na sociedade; a ideia de que a produção cultural é feita “por amor” pode gerar uma naturalização de condições precárias de trabalho. A metodologia é de caráter qualitativo, de base teórico-bibliográfica e interpretativa, e se desenvolve a partir da análise crítica de documentos, dados, textos acadêmicos e obras de autores que discutem a precarização do trabalho cultural, o mercado de trabalho e o amor como

ética de vida. Foram elaboradas fichas-resenhas de obras e textos selecionados, incorporadas à escrita de forma sensível e crítica, com o objetivo de compreender as dinâmicas que relacionam afetividade e trabalho no campo da cultura. A pesquisa procurou responder os seguintes questionamentos: Será que existem alternativas no campo que possibilitem que esses profissionais possam atuar alinhados com as práticas amorosas? E é possível que as estruturas de poder abordadas possam ser amorosas com os produtores culturais?

2 PRODUÇÃO E GESTÃO CULTURAL - AGENTES TRANSFORMADORES

Para que seja possível compreender as particularidades do mercado de trabalho para os produtores culturais e como ele pode ser impactado pelo amor, é importante definir o que é contemplado pela ocupação de Produtor Cultural. Essa definição não é simples de discorrer frente às diferentes interpretações e recortes do que é cultura e das diferentes atividades que o Produtor Cultural pode exercer ou estar relacionado, porém, para que seja possível refletir sobre as relações do mercado de trabalho cultural com o amor, se faz favorável provocar certas delimitações como as que definem esta profissão.

Com esse objetivo, é possível iniciarmos essa reflexão com a concepção apresentada por Sandra Helena Pedroso, no periódico PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura. No artigo “O produtor cultural e a formalização de sua atividade” são reunidas diversas particularidades no que tange à profissão Produtor Cultural, que foi reconhecida em 2013 pelo Ministério do Trabalho e que foi regulamentada em 1978. Muitas dessas definições abraçam uma visão mais técnica e operacional desse trabalho, levando em consideração a cultura como um campo das artes e o produtor como executor de projetos ligados a esse campo. De acordo com Pedroso (2014, p. 167), esses profissionais:

Implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo. Esta definição foi adotada a partir da reflexão de um grupo de especialistas convidados pelo MTE para rever o Código Brasileiro de Ocupação – CBO e no qual foi incluída a profissão de Produtor Cultural.

Como apresentado no artigo, realmente é exigido do profissional conhecimentos e capacidades diversas e operacionais. É comum que esses trabalhadores se especializam em uma ou mais etapas do processo da produção de projetos ou eventos, como a área de planejamento, de captação de recursos, executiva, financeira, entre outras, ou é possível que atuem em áreas culturais diferentes, como a audiovisual, da educação, artística, por exemplo. Contudo, é imprescindível que muitos profissionais possuam, ainda que de forma superficial, conhecimento sobre os diversos processos envolvidos no exercício da produção cultural, sejam eles mais operacionais e ligados à entrega de um evento ou projeto, sejam eles mais processuais e ligados à potencialização das práticas culturais de determinado grupo ou território.

Para exemplificar, serão apresentados os processos e demandas relacionados ao desenvolvimento e à execução de projetos voltados ao mercado e à captação de recursos, considerando que tais atividades envolvem trabalhadores sujeitos à precarização. Assim, ao mesmo tempo que concebem ideias e desenvolvem projetos culturais, é importante que saibam captar os recursos necessários para executá-los. Ao captar recursos, é preciso os gerir, administrar e supervisionar. Quando não se pode contar com uma equipe de comunicação ou marketing, é essencial promover o projeto para alcançar, dialogar e atingir seu público. Para realizar o projeto, devem contratar, gerir e supervisionar a equipe envolvida, seja ela composta por outros produtores, por artistas, por educadores, ou qualquer outro profissional terceirizado ou prestador de serviço. Por exemplo, considerando um projeto cultural de um evento, esses profissionais executam o projeto garantindo que tudo esteja ocorrendo na ordem e da forma como deve para que, ao final, seja feita a desmontagem ou finalização daquela produção executiva e inicie a prestação de contas de tudo que foi realizado. Durante todo esse processo, ocorrem diversos imprevistos que precisam ser resolvidos com estratégia, agilidade e esperteza. E considerando que muitos projetos são realizados com recursos de patrocínio, é importante que, a todo momento, os patrocinadores devem estar satisfeitos e contemplados por contrapartidas e ações do projeto que os incluam e deem visibilidade.

De acordo com o Guia do Estudante, site que se propõe a definir de forma simplificada as opções profissionais existentes no mercado de trabalho para

estudantes brasileiros, a definição de produtor cultural também segue esse entendimento de um profissional puramente executor e ligado à práticas operacionais, aquele que “produz espetáculos, mostras, festivais e até programas de TV. Ele planeja, elabora e executa esses projetos, seguindo critérios artísticos, sociais e econômicos. Pode atuar com teatro, música, dança, circo, artes plásticas e qualquer outra manifestação artística.” Apesar de concepções como estas não estarem equivocadas, essas definições não sustentam todos os fazeres relacionados a esse trabalho. Assim, é comum levarem em consideração uma outra nomeação para dar conta de outras especificidades do campo, como o “gestor cultural”.

Para além dos conhecimentos técnicos e da experiência prática, é imprescindível que o profissional da área de produção cultural desenvolva as chamadas *soft skills*, um conjunto de competências comportamentais que influenciam diretamente as relações de trabalho e a atuação cotidiana do produtor. Entre essas habilidades, destacam-se: comunicação eficaz, trabalho em equipe, pensamento crítico, inteligência emocional, liderança, adaptabilidade, resolução de conflitos, criatividade, gestão do tempo e empatia. A familiaridade com essas competências permite ao produtor estabelecer relações comunicativas empáticas e eficientes com diferentes interlocutores — como artistas, equipes técnicas, prestadores de serviço, patrocinadores e público — além de adaptar seu comportamento a contextos diversos. Além disso, essas habilidades favorecem a tomada de decisões ágeis e críticas diante de imprevistos, contribuindo para o cumprimento de cronogramas e metas. A ausência dessas competências pode comprometer a imagem profissional do produtor e impactar negativamente a execução do projeto cultural. No entanto, embora sejam fundamentais para o desempenho na área, essas habilidades comportamentais raramente são abordadas de forma explícita na definição do perfil profissional, o que pode torná-las uma exigência silenciosa e, muitas vezes, subestimada no campo da produção cultural.

Rômulo Avelar, em seu livro “O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural” (2008) propõe uma diferenciação do produtor e gestor cultural. Entretanto, por mais que ele tenha ampliado os campos de atuação desses profissionais, ainda é levado em consideração uma definição de produtor centralizado na administração de projetos e relações dentro do mercado cultural e

apresenta o gestor como o profissional que:

[...] administra grupos e instituições culturais, intermediando as relações dos artistas e dos demais profissionais da área com o Poder Público, as empresas patrocinadoras, os espaços culturais e o público consumidor de cultura; ou que desenvolve e administra atividades voltadas para a cultura em empresas privadas, órgãos públicos, ONGs e espaços culturais. (Avelar, 2008, p. 52)

De acordo com Avelar (2008), produção e gestão cultural permanecem em atividades essencialmente administrativas.

Já Victor Vich no texto “O que é um Gestor Cultural?” (2017) amplia o conceito de cultura para que assim seja possível compreender a magnitude e importância do trabalho cultural para as transformações sociais. Além disso, ele enfrenta essa ideia e prática do gestor cultural puramente como técnica. Para frisar que a gestão cultural não pode ser reduzida à produção de eventos, Victor Vich (2017) defende que a definição de cultura não deve ser resumida àquela que engloba pontualmente as expressões positivas, artísticas e simbólicas de uma sociedade. Não representa somente a “aura das artes”, mas também, os “laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum. A cultura - disseram-nos - é sempre ‘o normal’” (2017, p. 49).

Assim, considera-se a cultura como o que é de mais rotineiro, habitual e real da nossa sociedade, tanto os aspectos positivos quanto negativos. Ao trabalhar com a cultura, estamos lidando, na realidade, com tudo que estrutura uma comunidade. Tudo o que é ordinário passa a ter um poder social, assim como Gilberto Gil bem pontuou em seu discurso de posse no Ministério da Cultura em janeiro de 2003, publicado pelo Ministério da Cultura no Caderno “Discursos do Ministério da Cultura Gilberto Gil” em 2004, também é considerado neste trabalho a “Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos” (2003, p.10). Nesse sentido, as políticas culturais se apresentam ainda mais como importantes ferramentas de transformação social e, novamente, como no discurso de Gilberto Gil em sua posse, “exercícios de antropologia aplicada” (2003, p.10). Para além de exaltar expressões artísticas, que continua sendo de suma importância, a política cultural passa a ter como objetivo de “reorganizar o cotidiano” (Vich, 2017, p. 49), os hábitos estabelecidos e o senso comum.

Se antes a subjetividade era constituída pela família, pela religião ou pelo Estado (através da escola pública), hoje, podemos afirmar que nós, cidadãos, somos constituídos principalmente pelo mundo da rua, pelas indústrias culturais e pelos objetos simbólicos: é aí onde ocorre nossa “educação sentimental” e onde se consolidam nossas “estruturas de sentimento”. (Vich, 2017, p. 52)

É nesse contexto que o gestor cultural, que aqui considero também os produtores culturais, entram como valiosos agentes transformadores e, para Victor Vich (2017, p. 52-53), ele deve assumir quatro identidades. A primeira delas é o etnógrafo, ele “deve ser capaz de mostrar as chaves interpretativas do espaço social, dos principais conflitos que nos estruturam como sociedades.”. A segunda é a do curador, pois assim o gestor passa a ser “alguém que intui as narrativas que os objetos culturais trazem ou podem trazer consigo”, através da literatura, das artes visuais, cênicas, música e outras linguagens artísticas ele poderá “articular a produção cultural de acordo com temas e problemáticas muito concretas”. A terceira identidade é a do militante, que “localiza pontos estratégicos, ganha a aprovação do povo e, a partir daí, constrói bases, células de trabalho.”, ele entende que é a partir de sucessivos avanços, de um processo paciente que é possível instalar gradualmente novos significados e práticas. E, por fim, a última identidade é a do administrador, pois o gestor deve “saber planejar, gerenciar recursos, resolver problemas burocráticos, precisa ser alguém eficiente.”.

A partir dessas reflexões acerca dessa profissão, compreendemos a profundidade da potência transformadora dos gestores, produtores e das políticas culturais. Já que enxergamos a cultura como tudo o que é rotineiro e que define o que é de mais ordinário em uma comunidade, podemos concluir que questões estruturais negativas podem ser identificadas, questionadas e trabalhadas a partir da prática de produtores e gestores culturais. Assim, considerando que o amor é uma 'força capaz de transformar todas as esferas da vida' (hooks, 2021, p. 94), evidencia-se como a cultura pode se tornar uma aliada ainda mais valiosa na promoção de práticas amorosas em uma sociedade culturalmente desamorosa. Além disso, é possível também reforçar as preciosas amoroços em toda comunidade através dessa mesma dinâmica promovida por produtores e gestores culturais, que neste texto consideramos verdadeiros agentes transformadores.

No entanto, esses profissionais também enfrentam e convivem com a escassez do amor. A acentuada precarização do trabalho e as instabilidades que afetam as organizações públicas responsáveis por este campo, questões que serão exploradas no próximo capítulo, ao contribuírem com a falta de condições básicas de dignidade e segurança, operam como formas institucionalizadas de desamor que atingem diretamente os agentes transformadores. Diante desse cenário, seria possível promover transformações sociais eficientes, guiadas por uma ética de vida amorosa, mesmo sob as condições impostas pela precarização do trabalho?

3 O SETOR CULTURAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

Introdução à Precarização do Trabalho

Com o objetivo de entender as consequências da precarização do trabalho no setor cultural, primeiro se faz necessário contextualizar o que consideramos quando falamos de precarização. Inicialmente, é devido à crescente presença da lógica do neoliberalismo na política que, a partir da década de 1990, houve uma maior flexibilização das leis trabalhistas e privatização de empresas estatais no Brasil. A legislação trabalhista passava a se adaptar às condições e demandas do mercado globalizado, e não o contrário. Com esse objetivo, para aumentar a competitividade entre empresas privadas e reduzir o custo do trabalho foram flexibilizadas as regras de contratação e acordos entre empregador e empregado na Reforma Trabalhista de 2017. Para além da Reforma Trabalhista, a globalização é responsável por um aumento significativo da competitividade de mercado em busca desenfreada pelo lucro em um âmbito global, intensificando, consequentemente, a adoção de estratégias de redução de custos nas organizações privadas.

Para além desse cenário, as mudanças tecnológicas, principalmente após o período de lockdown resultante da pandemia da Covid-19, têm contribuído para o agravamento desse fenômeno. A falta de regulamentação de novos formatos de trabalho, como o online ou híbrido, que se popularizaram no período destacado acima, impacta diretamente no aumento da informalidade no mercado de trabalho. Contribuindo nesse aumento, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foi apresentado nos meses de março, abril e maio de 2020, período de início do lockdown, uma diminuição de 1 milhão e 487 mil empregos

formais. A partir da escassez de trabalho nesse período, houve uma maior submissão de profissionais a condições de trabalho precarizadas para que pudessem sustentar condições básicas de existência, como moradia e alimentação.

Assim, o fenômeno da precarização deriva-se de diversas mudanças nas condições de trabalho e se apresenta em um conjunto de principais fatores como: insegurança, instabilidade, redução dos direitos dos trabalhadores, baixa remuneração e informalidade. Além de afetar negativamente em diversas áreas, a precarização impacta diretamente na disparidade social e econômica, impedindo que trabalhadores possam melhorar suas condições de vida. As dificuldades enfrentadas estão além do econômico e social, mas resultam em problemas de saúde físicos e psíquicos consequentes dessa exploração laboral.

No contexto da economia, o setor cultural reproduz determinadas dinâmicas presentes em outros segmentos, embora apresente especificidades decorrentes de sua histórica desvalorização e de sua constante exposição a decisões políticas de caráter muitas vezes arbitrário. Esse cenário resulta em consequências não apenas na precarização das relações de trabalho, mas também em elevados níveis de instabilidade no setor cultural, os quais impactam diretamente o reduzido reconhecimento e pouca visibilidade dos profissionais da cultura. Essas consequências decorrem de mudanças ideológicas nas gestões, que podem gerar cortes em políticas culturais, reduções orçamentárias e até desmonte de órgãos culturais, por exemplo. Isso dificulta o enfrentamento das violências estruturais associadas à precarização do emprego no mercado de trabalho cultural, desdobramentos que serão explorados nos parágrafos a seguir.

Cultura, Economia e Política

Mesmo em 2007, Paul Tolila já abordava os desafios enfrentados pela economia da cultura perante ao preconceito e visões equivocadas. Por ser vista como uma economia de luxos e superficialidades, a cultura não seria considerada como um objeto de estudos de economistas e pesquisadores até meados do fim do século XIX e XX, mesmo que a sua maioria a tratando como uma simples área de prazer e não evidenciando a complexidade e potencialidades como um todo.

Ora, o luxo, para os economistas clássicos, nada tem de “funcional”, ele pertence à esfera do capricho, de um desejo individual fora da

norma e pouco preocupado com a verdadeira produção de riquezas, ele constitui uma “derivação” não desejável do capital, investido “improdutivamente” em fantasmas. Como não são funcionais, os gastos na arte e na cultura (no luxo) são prontamente declarados “irracionais” no pensamento econômico clássico. (Tolila, 2007, p. 26)

Essa visão enviesada que subestima e diminui o valor e importância da área cultural pode ter contribuído para a pouca regulamentação desse setor. Mesmo que existam diversos estudiosos e pesquisadores da cultura que se preocupam com a valorização e a melhor estruturação desse campo, nada adianta se as instituições públicas e privadas que o regulam perpetuem com a fraca estruturação e regulamentação dessa profissão.

Os profissionais de Produção Cultural podem se encontrar frequentemente subordinados a decisões arbitrárias do poder público para que possam atuar em seu campo de trabalho. Por sua vez, esse poder público não assegura um regulamento efetivo que possa combater a qualidade informal ou precária de trabalho enfrentada por muitos produtores, muito menos assegura a permanência de órgãos públicos culturais, políticas e programas culturais que garantem oportunidades laborais para produtores e gestores. Reforçando essa situação, João Domingues e Leandro de Paula no texto “Entre a batalha e a guerra: algumas notas sobre o trabalho cultural” afirmam que o clima atual do campo cultural se assemelha a uma imersão numa “modulação de tensão permanente entre arenas públicas, com algum grau de circulação de afetos paranoicos alheios à realidade”. (2019, p.148).

Esse cenário foi vivido intensamente a partir do período do governo Bolsonaro (2019-2022), que promoveu um forte desmonte das políticas públicas de cultura resultando em uma alta tensão do setor. Logo no início de seu mandato, o Ministério da Cultura foi extinto e incorporado ao Ministério do Turismo, extinção na qual João Brant, ex-secretário-executivo do Ministério da Cultura, considera ser uma perda de autonomia na gestão de recursos e fala dentro do governo, além de impactar na perda de prestígio, valorização e lugar de fala do setor laboral. O ex-secretário destaca em prol dos trabalhadores da cultura: “Você não tem um Ministério da Cultura que vocalize determinadas questões para o setor, perdendo simbolismo e a capacidade de gerar ação pela sua intenção, suas manifestações” (Moreira; Spada, 2021).

Ainda sobre o mandato presidencial de Bolsonaro, os investimentos do governo no setor em comparação com os destinados no ano 2018 no governo de

Michel Temer, sofreram redução de 63% de acordo com a publicação “O rombo no orçamento da Cultura” publicado em dezembro de 2022 no Jornal Piaui. O drástico corte prejudicou a manutenção de órgãos públicos culturais e o financiamento de projetos. O número de projetos aprovados via Lei Rouanet durante o mandato caiu mais de um terço segundo a mesma matéria. Além disso, o governo adotou discursos que desvalorizam a importância da diversidade cultural e o transformam em um campo de disputa ideológica. Para exemplificar, é possível utilizar uma fala do próprio ex-Presidente se referindo à censura em filmes: “se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine”.

Assim, a tendência dessa economia é de gradualmente frear a valorização das diferenças culturais do país, e moldar-se aos desejos e interesses sociais vigentes que, por sua vez, estarão rendidos às disputas políticas e sociais. Como consequência, a diversidade cultural, que deveria ser um pilar e direito fundamental, corre o risco de ser sufocada em prol de uma homogeneização cultural que atende a agendas dominantes, impactando diretamente na oferta e qualidade de empregos gerados, na criação e manutenção de projetos, espaços e equipamentos culturais e no investimento público nesse setor.

Embora políticas públicas fomentem o campo econômico cultural, elas o entrelaçam com lógicas empresariais que o deixam voltado e dependente de seus interesses. A alta presença da influência de iniciativas privadas sob esse mercado de trabalho a partir da uma lógica de patrocínio neoliberal de políticas públicas como a Lei Rouanet, por exemplo, gera diversos desafios para produtores culturais. Entre eles, é percebido a concentração de recursos em regiões de grandes centros impactando o setor criativo de regiões periféricas, uma dependência do patrocínio privado e sua seletividade, além de ser uma lógica que incentiva a redução do papel do Estado e o aumento da informalidade, aumentando, assim, a precarização desses trabalhadores.

A partir das leis de incentivo, as empresas inscritas selecionam quais projetos podem ser executados a partir de seus interesses, os quais, muitas vezes, são voltadas para a sua autopromoção. Elas utilizam da facilidade de investimento e do cunho social, educacional e cultural dos projetos para promoverem suas marcas e conquistarem apelo popular. Ou seja, ao apoiar instituições artísticas, inovações, projetos de cunho social, o mundo empresarial ganha um instrumento valioso de projeção de uma imagem de si próprio como uma força progressista liberal. Assim, a

classe de produtores culturais regularmente precisa lidar com a imposição dos interesses e necessidades da iniciativa privada, que, por sua vez, intensifica o processo de mercantilização da área cultural, aumentando a insegurança de produtores no mercado de trabalho e diminuindo o poder dessa classe trabalhadora frente ao neoliberalismo.

Ao abordar o setor cultural, refletindo sobre a influência da política e da economia, torna-se essencial compreender o grande impacto que o período da pandemia causou nesse campo, para que, posteriormente, possa ser desenvolvido o fenômeno da precarização do trabalho. No ano de 2020, a pandemia da Covid-19 assola o mundo, resultando em colapso dos sistemas hospitalares e, em março do mesmo ano, o governo federal é obrigado a decretar estado de emergência sanitária. Houve, então, a imposição da medida preventiva obrigatória do Lockdown, que consiste na restrição da circulação da população em lugares públicos com a recomendação de isolamento social e a proibição de aglomerações, resultando na suspensão de atividades presenciais.

Conforme indicado pela autora Lia Calabre no texto “O processo de construção da Lei Aldir Blanc: um estudo a partir da metodologia da história oral”, “a área da cultura é duramente atingida, com os seus mais diversos tipos de trabalhadores assistindo as atividades que lhes forneciam fonte de ganhos cessarem imediatamente.” (CALABRE, 2023, p. 129). O mesmo texto apresenta a pesquisa realizada pelo Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA), “Impactos da Covid-19 na Economia Criativa”, que distribuiu um questionário com alcance nacional do dia 27 de março a 23 de julho de 2020. Como citado no texto

Observatório apurou que, em abril de 2020, o percentual de 79,3% dos entrevistados havia cancelado de 50% a 100% de suas atividades, que 83,7% de organizações e indivíduos declararam ter sido fortemente impactados em suas atividades e encontravam dificuldades adicionais para a obtenção de financiamento e recursos por parte do estado. O OBEC-BA apurou ainda que 71,25% dos indivíduos e 77,8 % das organizações só tinham reservas financeiras para garantir sua subsistência por um período máximo de três meses .(CALABRE, 2023, p. 135).

Esses dados indicam a grave desestruturação do setor cultural e instabilidade sofrida pelos profissionais e que também são apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou uma queda de 11,2% no número de

pessoas ocupadas em atividades culturais entre 2019 e 2020, percentual superior à queda geral da população ocupada no país, que foi de 8,7% (IBGE, 2021). Além disso, a mesma notícia que anuncia esses dados alarmantes apresenta outros tão importantes quanto, o IBGE afirma que “A pandemia destruiu mais postos de trabalho informais do que formais. Apesar de um perfil com maior nível de instrução, houve mais trabalhadores em ocupações informais no setor cultural do que em todos os setores juntos. Em 2020, esse percentual foi de 41,2% dos ocupados no setor cultural e 38,8% dos ocupados em todos os setores”, observa Leonardo Athias, analista de pesquisa. Assim, fica claro que a pandemia afetou de forma significativa os trabalhadores informais e suas ocupações no setor cultural.

Precarização e informalidade - produtores como empresários de si mesmos

A economia cultural é um importante impulsionador da economia mundial, e no Brasil, o efeito não seria diferente. De acordo com o portal do Governo Federal Gov.br, só em 2020, esse mercado contribuiu com 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, movimentando cerca de R\$ 230 bilhões de reais. Além disso, em 2022, o Gov.br informa que o setor cultural gerou 308,7 mil novos postos de trabalho em comparação com o ano anterior, foram 7,4 milhões de empregos formais e informais no país. Esses dados são relevantes para comprovar de forma quantificada e defender o quanto valioso é a cultura, principalmente quando ela precisa ser defendida em situações em que o seu impacto positivo e transformador na sociedade não é tão valorizado. Apesar dos resultados positivos e impactos visíveis na economia brasileira, as atividades culturais sofrem de muita instabilidade e incerteza perante mudanças políticas, econômicas e sociais.

Pode-se imaginar que, ao entender que a cultura é um negócio interessante e lucrativo tanto para a política quanto para as iniciativas privadas, que haveria uma melhora nas condições de trabalho das pessoas envolvidas na operacionalização desse setor, porém é exatamente por ela ser lucrativa que as condições de trabalho são barateadas e flexibilizadas sempre em prol do aumento do lucro. Os dados positivos da presença da cultura no PIB e sua influência no mercado de trabalho nacional não frearam os altos índices de informalidade e as condições insatisfatórias e precarizadas de trabalho.

Esse contraste é evidenciado na reportagem da Agência IBGE Notícias “De 2011 a 2022, setor cultural ganha empresas, mas perde participação na economia” que apresenta os seguintes dados:

O trabalhador por conta própria predomina no setor cultural: em 2022, eles representavam 42,1% do total de ocupados do setor, com os empregados do setor privado com carteira (35,9%) e sem carteira (14,4%) a seguir. Em 2022, a proporção de trabalhadores informais no setor cultural era de 43,2%, enquanto na população ocupada do país ela era de 40,9%. (CABRAL, 2023)

Visto que a maior parte dos produtores culturais trabalham na informalidade e foram os mais afetados durante a pandemia e mudanças ideológicas na gestão, se faz imprescindível uma maior regulamentação e rigidez para as relações burocráticas entre contratante e contratado, a fim de respaldar a natureza e combinados de cada contrato. Porém, enquanto o setor cultural estiver altamente relacionado aos interesses de empresas privadas, maior será a presença de trabalhadores informais nesse mercado de trabalho.

O trabalhador por conta própria ou trabalhador informal tem altas probabilidades de ser prejudicado pela ausência de vínculos empregatícios, pois não é protegido pelos direitos trabalhistas, geralmente enfrentando baixa remuneração, insegurança financeira e flexibilização contratual. Mesmo que o vínculo empregatício não seja informal, as novas leis da reforma trabalhista (Lei 13.467), que entraram em vigor a partir de 11 de novembro de 2017, sancionada pelo então presidente Michel Temer, garantem que a flexibilidade entre empregado/empregador seja facilitada legalmente. Essa reforma modificou mais de 117 artigos, trazendo mudanças para a CLT e para outras leis relacionadas ao emprego.

No texto “Notas sobre a relação do graduando de produção cultural e o mercado de trabalho.” discute-se sobre como essas modificações afetam a precarização do trabalho e é defendido que

A Reforma Trabalhista (Lei 13.467) contribui para o crescimento da classe-em-construção precária, pois vai a favor do sistema vigente que necessita do precariado para sua consolidação. Ela defende a abordagem de que a trajetória da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é incompatível com os tempos modernos ao atribuir fatores

aparentemente positivos para a economia, como a geração de empregos, produtividade e competitividade, possibilitando que outros grupos da estrutura social e econômica observada atualmente se beneficiem com a exploração do trabalho (Galvão et al., 2017, np).

Percebe-se, assim, que a precarização dos produtores culturais é agravada não apenas pela ausência de regulamentações específicas, pela dependência do setor em relação a interesses políticos e iniciativas privadas, e pelo alto nível de informalidade na economia cultural, mas também pelas próprias regulamentações trabalhistas vigentes, que podem intensificar a flexibilização das relações profissionais e dificultar o amparo a esses trabalhadores já vulneráveis. Frente aos diversos desafios, para criar oportunidades de trabalho não restam muitas opções a não ser recorrer à sua rede de contatos e às conexões estabelecidas ao longo de sua trajetória profissional para que possam se inserir no mercado. No entanto, lidam com um mercado instável, no qual podem ser submetidos a condições como remuneração inadequada, jornadas de trabalho excessivas e a ausência de contratos formais que garantam as condições acordadas.

Para exemplificar essa dinâmica, Pierre-Michel Menger, no texto “As artes: Laboratório da Flexibilidade” (2005, p.101-131) aponta este campo como laboratório de flexibilidade em uma economia das incertezas que “faz com que as formas dominantes de organização do trabalho artísticos estejam inseridas no auto-emprego, no freelancing e nas diversas formas atípicas de trabalho (intermitência, tempo parcial, multi-assalariado...)” (Menger, 2005, p. 109). Isso contribui com a construção de trajetórias profissionais marcadas por descontinuidades, alternâncias e insegurança financeira. Esse processo impacta não somente no desenvolvimento profissional, mas também no empoderamento desses trabalhadores e na possibilidade deles garantirem uma boa qualidade de vida.

Como consequência dessas condições, o trabalho precarizado fomenta também um auto-empresariamento desses profissionais. Isso acontece quando, por não conseguirem a estabilidade de um emprego ou segurança financeira, precisam estar sempre em uma abordagem de agenciamento de si para criar novas oportunidades de trabalho e manter as que antes já foram. Esse fenômeno se articula diretamente com o processo de “Pejotização”, prática na qual empresas priorizam a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica, afastando-se de um

vínculo empregatício reconhecido e de possíveis encargos trabalhistas que incidem sobre pagamentos realizados em contratações de carteira assinada. Para ser considerado um trabalhador PJ, de acordo com o artigo “Pejotização’: Precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas” publicado na revista eletrônica do curso de Direito da UFSM, é necessário

constituir uma pessoa jurídica, obtendo um número de CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -que lhe confere uma identidade/personalidade jurídica. Assim, passa a prestar serviços como trabalhador autônomo regulamentado como Microempreendedor Individual -MEI, sendo identificado pelo número do CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, passando a emitir nota fiscal e não mais RPA –Recibo de Pagamento a Autônomo. (Barbosa, A. M. e S., & Orbem, J. V., 2015, P.05)

Assim, esse trabalhador passa a ter um caráter empresarial, porém permanece realizando os mesmos serviços que uma pessoa empregada e sem os mesmos direitos trabalhistas, como férias, licença médica, aposentadoria e rescisão, por exemplo. Dessa forma, a ausência de vínculo empregatício formal exclui o trabalhador PJ de muitas garantias sociais e trabalhistas que asseguram sua subsistência diária, e ainda, impactam na construção de relações e vínculos sociais do indivíduo.

Para se sustentar como empresa, é, em muitos casos, necessário compor, gerir e manter uma rede social próspera, em que sua imagem seja vista como um bom investimento. Dessa forma, um comentário equivocado, um desentendimento, ou simplesmente a falta de fomento de uma relação pode ser fatal para manter ou gerar oportunidades de trabalho. No artigo “O ensino da produção cultural entre o mercado e a universidade: um estudo de caso a partir da trajetória na graduação em produção cultural da Universidade Federal Fluminense” Gustavo Portella Machado (2019) entende que esse fenômeno:

se dá porque não está em julgamento durante um trabalho somente a capacidade técnica do trabalhador, mas exatamente sua capacidade de manutenção de vínculos e relações sociais. São sujeitos que se tornam, então, empresários de si mesmos, passam a se regular a todo momento de forma a averiguar se estão dentro do esperado por esse mercado e pelas relações construídas. (Gustavo Portella

Machado, 2019, P.64).

Esse esquema de insegurança e incertezas pode dificultar bastante a criação de vínculos verdadeiros e amorosos quando se está ocupando de uma mesma área de trabalho, e ainda afetar a união de toda uma classe de trabalhadores. Esta característica do cotidiano da precarização foi bem explicitada por Tommasi quando diz que:

Até as pausas entre freelas, que já constituem um momento de incerteza e insegurança para esses profissionais, são momentos de trabalho não remunerado. Entendendo que os produtores culturais são empresários de si mesmo, e precisam estar sempre atentos a forma como eles se promovem e permanecem no mercado de trabalho através de investimentos nas suas redes sociais, da criação e invenção de novos projetos, de inscrição desses projetos em leis de incentivos ou editais, etc, se torna evidente que não há uma pausa no trabalho, e sim, uma falta de remuneração do mesmo. Além disso, “O trabalho remunerado intermitente, por ‘projetos’ implica na impossibilidade de definir com clareza de qual orçamento se dispõe, todo mês, para sustento” (Tommasi, 2017, p.109).

Esse fenômeno pode provocar uma alta individualização durante a jornada de trabalho. Pois mesmo estando sempre conectados com sua rede social, não estarão criando relações saudáveis sob a ótica da bell hooks, já que não poderão ser honestos sobre quem realmente são e dificilmente desenvolvem uma comunicação aberta. Além disso, tendo em vista que as empresas estão sempre em uma lógica de competição entre concorrentes, é possível concluir que esse sintoma resulta em um possível agravamento da competitividade entre os “empresários” culturais, que pode gerar uma maior segregação e desunião da classe de trabalhadores da cultura.

No texto “Saúde do produtor cultural - aspectos físicos, emocionais e mentais”, as autoras Fátima Catarino, Mayara Oliveira, Paula Vidal, Jacqueline Campeval, Nathan Campos, Manuel Viana e Tali Oliveira realizaram um levantamento de dados a partir da distribuição de uma formulário online preenchido por 200 produtores culturais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir dos dados coletados, foi possível concluir que

o ambiente ao qual o produtor está exposto é altamente estressante, o que abre espaço para questionamentos ligados à falta de assistência trabalhista e à crescente necessidade da criação de condições básicas a todo trabalhador, como legislação e institucionalização da profissão a fim de oferecer uma cenário mais justo aos produtores culturais e trabalhadores da área. (2019, p.100)

Assim é possível compreender que as sequelas de precarização do trabalho não são somente um impacto financeiro na vida de cada profissional, mas também na saúde física e mental.

4 O SETOR CULTURAL E O AMOR - É NO COLETIVO QUE ELE FLORESCE

Contrastes e Paralelos

As reflexões sobre essas questões, quando articuladas com o livro “Tudo sobre o Amor: Novas Perspectivas” da bell hooks, possibilitam uma nova compreensão das problemáticas discutidas nos parágrafos anteriores. Construindo um paralelo, é possível compreender esses desafios enfrentados por muitos produtores culturais, de forma mais generalizada, como desafios enfrentados quando se vive em uma sociedade desamorosa. E essa falta de amor está evidente na disparidade entre a violência gerada pela precarização no mercado de trabalho da cultura e o afeto no qual é esperado que aquela obra, evento, projeto cultural etc. seja produzido e gerado. É importante questionar, ao se deparar com as condições enfrentadas por esses profissionais, onde está esse afeto que pode se encontrar relacionado simbolicamente com o trabalho na área cultural? Seria por que só o amor poderia servir de justificativa para que esses profissionais possam embarcar nessa carreira? Será que o amor pela profissão basta para enfrentar a precarização?

Se prosseguirmos a entender a cultura como o cotidiano, como o ordinário, como o que é rotineiro, podemos concluir que o entendimento sobre o que é o amor também é cultural. Não está sendo descartada a ideia de que produção cultural está relacionada com o amor, mas sim está sendo defendido a ideia de que essa relação parece ser, em muitos casos, unilateral, disfuncional e deturpada. É visto o amor como um impulsionador recorrente que motiva esses profissionais a escolherem e se dedicarem a essa área da cultura. Porém, por sua vez, esta mesma área está

repleta de falta de amor como reflexo cultural de toda a sociedade e o sistema capitalista e mercadológico.

Entende-se, através da leitura do livro citado acima, que não se ensinado sobre o amor como prática e ética de vida, e sim, um “amor” romântico, idealizado e disfuncional, especialmente na cultura ocidental. O amor apresentado no livro da bell, é a prática combinada consciente de confiança, compromisso, cuidado, respeito, conhecimento e responsabilidade. Assim, quando se reúne todos esses ingredientes em uma prática cotidiana e intencional, se cria uma força transformadora de todas as esferas da vida. A bell hooks também defende que o amor não pode coexistir em ambientes onde prevalecem relações baseadas na dominação, no controle e no apego material. Ou seja, de acordo com essa lógica, qualquer relação embasada por hierarquias opressivas ou dinâmicas de controle deixa de ser um espaço amoroso e torna-se um espaço de violência simbólica emocional ou material.

O amor está diretamente ligado, então, ao comprometimento coletivo com o próprio crescimento e com o crescimento do outro a partir da prática consciente introduzida no parágrafo anterior. Essa prática deve ser coletiva, como bell afirma,

Muitas vezes, pensamos no amor exclusivamente como algo que acontece na esfera privada, quando, na verdade, ele também tem importância na esfera pública. Precisamos pensar no amor como uma ação, como uma prática que pode transformar não só nossas vidas, mas também nossas sociedades. (hooks, 2020, p. 81)

Porém, infelizmente não é possível desfrutar da ilusão de que a sociedade capitalista se torne uma sociedade amorosa, afinal, de acordo com o teólogo Richard Foster “A ganância sempre dá um jeito de cortar os laços da compaixão” (Foster *apud* hooks, 2021, p.154.) Quando o consumismo é o alvo, a flecha que o atinge é a perpetuação de uma sociedade repleta de pessoas vazias, pois “Manter as pessoas num estado constante de falta, em desejo perpétuo, fortalece a economia de mercado. O desamor é uma bênção para o consumismo.” (hooks, 2021, p.89). Enquanto a área de trabalho do produtor cultural estiver refém de lógicas neoliberais, priorizando o mercado aos profissionais que o movimenta, essas pessoas estão reféns da alta presença da informalidade, do crescimento da pejotização e da precarização do trabalho.

Assim, neste trabalho é compreendido que as práticas e relações laborais exploratórias são essencialmente práticas desamorosas da nossa cultura. Essas práticas e relações são frutos de um sistema econômico capitalista, que, por sua vez, não se limita à uma sistematização do capital, mas também se amplia como um sistema cultural, pois molda valores, comportamentos, subjetividades, modos de vida, afetos e relações sociais. As identidades, nesse sistema, são qualificadas pelo desejo de ter, pelo consumo. Dessa forma, em nome da busca pelo lucro irrestrito, empresas privadas tendem a privilegiar formas de contratação que impliquem menores custos e garantias trabalhistas. Em consequência, o Estado frequentemente adapta a legislação para atender a essas flexibilizações, ao invés de estabelecer uma regulamentação que assegure os direitos dos trabalhadores. Tudo isso faz parte de uma construção cultural. E, se essa dinâmica é cultural, também o são a negligência com os trabalhadores, a ausência de compromisso nas relações laborais e o desrespeito presente na precarização das condições de trabalho. É igualmente cultural a naturalização da falta de cuidado, assim como a omissão diante das consequências que essas práticas produzem na vida de cada pessoa.

É fundamental lembrar que a responsabilidade de cultivar o amor não pode recair exclusivamente sobre os indivíduos, como se apenas suas ações pudessem reverter uma estrutura social marcada pela desamorosidade. A exigência por transformação deve ser direcionada, sobretudo, às instituições públicas e privadas que sustentam — e se beneficiam de — um sistema e uma cultura disfuncional. Embora seja possível se mobilizar a partir de práticas amorosas, é preciso reconhecer os limites dessa ação diante de um cenário moldado por desigualdades estruturais. O amor é um compromisso coletivo e uma prática social e política que exige mudanças profundas na forma em que a sociedade está estruturada. De acordo com bell hooks (2021), amar é um ato radical, um compromisso com a mudança social, que só se concretiza na coletividade e no exercício ético cotidiano, jamais como um ato isolado.

Quando esses trabalhadores, munidos dessa motivação, enfrentam a falta de amor no mercado de trabalho como reflexo da nossa cultura, é possível que percam essa potência e energia. Ao enfrentar um mercado de trabalho contaminado pela precarização, flexibilização e incerteza sem um senso de valor próprio, pode-se, em muitos casos, concluir que as constantes dificuldades e empecilhos enfrentados em

consequência da precarização são, na realidade, mérito da falta de competência individual. Se necessidades básicas como moradia, transporte e alimentação já são dificultadas pela insegurança da precarização do trabalho, sintomas como a falta de autoestima, de propósito e de valorização pessoal tornam-se, muitas vezes, consequências silenciosas do abuso social promovido por essa precarização.

Diante das estruturas sistêmicas que limitam a expansão da amorosidade, é compreensível que indivíduos se sintam tomados pelo medo, pela desesperança e pela descrença na possibilidade de experienciar o amor de forma plena. A convivência com a ausência de amor em diferentes esferas da vida — sejam elas afetivas, sociais ou profissionais — produz uma sensação de impotência e estagnação subjetiva. No entanto, é justamente essa perspectiva que pode dificultar a construção de caminhos possíveis para a busca por bem-estar e satisfação existencial. Ainda que a total ruptura com essa lógica opressora não seja plenamente viável, é possível, a partir do compromisso com uma ética amorosa, abrir fissuras nessas estruturas, criando espaços de resistência, redes de apoio, autocuidado e transformação.

Viver integralmente sob os princípios do amor — consigo e nas relações com o outro — é, de fato, um desafio constante. Entretanto, o engajamento nesse processo permite o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de favorecer vínculos mais saudáveis, bem como a percepção de situações disfuncionais, abusivas ou adoecedoras. Nesse sentido, a precarização do trabalho não apenas compromete as condições materiais de existência, mas também impacta diretamente a capacidade de reconhecer formas sutis ou naturalizadas de violência. Estabilidade financeira, salários regulares ou interações interpessoais aparentemente cordiais não são, por si só, indicadores de ausência de precarização. Pelo contrário, a própria lógica do trabalho precarizado pode se sustentar por meio de narrativas que mascaram ou suavizam dinâmicas abusivas e exploratórias.

Assim, torna-se fundamental a conscientização da classe trabalhadora da produção cultural com o objetivo de desenvolvimento de um compromisso consistente com a prática da confiança, do compromisso mútuo, do cuidado, do respeito, do conhecimento e da responsabilidade. Esses elementos, além de essenciais para o bem-estar individual e coletivo, assumem papel central no contexto profissional de muitos produtores culturais. Nessa perspectiva, o amor

configura-se como um instrumento crucial para a conscientização e identificação das condições de precarização e abuso, permitindo a compreensão das reais consequências dessas situações e incentivando a busca por apoio ou alternativas que promovam a melhoria das condições de trabalho e de vida.

Amor, Comunhão e Resistência

É possível resistir a partir da prática do amor. Se os produtores e gestores culturais são agentes transformadores e se preocupam com o impacto positivo, que possam agir pela prática transformadora dessa ética de vida, pois “O compromisso de conhecer o amor pode nos proteger, mantendo-nos empenhados em levar uma vida de verdade,...” (hooks, 2021, p.90). Para enfrentar um mercado de trabalho - e uma sociedade - corrompido pelo desamor, é importante que se munam de auto estima, e coletivamente, armem-se de amor próprio. Assim, se aproximam de uma vida com propósito além de construírem uma valiosa rede de apoio. Assim como bell, neste trabalho também conclui-se que “Se atingirmos o sucesso sem confrontar e alterar as bases trêmulas de ódio e desprezo nas quais nossa baixa autoestima está fundamentada, fraquejaremos ao longo do caminho” (hooks, 2021, p.101).

A historiadora Silvane Silva, em seu texto “O Amor Como Antídoto” publicado em 2021, afirma que “Vivendo cada vez mais isoladamente, nos tornamos presas fáceis. Por isso o retorno à vida comunitária é o que pode nos salvar da barbárie e do ódio.” Assim, é possível compreender a importância da classe de produtores culturais se voltarem para a construção de uma comunidade forte e estruturada, fincada na priorização do bem estar de seus integrantes, principalmente por sofrerem do alto individualismo incentivado pelo sistema capitalista e pela precarização e pejotização do trabalho.

É importante que sejam consideradas as interseccionalidades dessa comunidade e que isso seja cuidado e considerado em suas formas de organização. A vivência de uma produtora cultural mulher negra e periférica com a precarização do trabalho no campo cultural será diferente da vivência de uma produtora cultural mulher branca com boas condições financeiras enfrentando o mesmo mercado. Uma comunidade deve estar atenta e cuidadosa perante essas disparidades em prol de equipará-las em suas formas de apoio.

Amar é cultural, e será atravessado pelas dinâmicas desiguais da cultura em que está inserida. Ou seja, se faz necessário a atenção comunitária às questões de

raça, gênero, orientação sexual, idade, classe, território e outras que impactam diretamente as relações laborais do mercado. Como exemplificação dessa necessidade, foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que pretos ou pardos ocupados na cultura foram os mais afetados pela pandemia junto com os trabalhadores informais,

Na cultura, 43,8% dos ocupados eram de cor ou raça preta ou parda, enquanto na população ocupada em geral, esse número foi de 53,5%. Entre 2019 e 2020, houve uma queda de participação das pessoas pretas ou pardas tanto no setor cultural quanto em todos os setores. Trabalhadores pretos ou pardos foram os mais afetados pela pandemia. (IBGE, 2021)

Assim, é imprescindível para o bom funcionamento dessa comunidade que seja levado em consideração as realidades desiguais e culturais da sociedade em suas decisões e posicionamentos políticos ou no acolhimento entre seus integrantes.

A partir dessas comunidades conscientes a classe trabalhadora da produção cultural ganha a oportunidade de se mobilizar politicamente de forma alinhada às práticas amorosas. Assim, essas mobilizações adquirem um novo potencial transformador a partir de um fio condutor que possa regulamentar e potencializar as reivindicações e agrupamentos. Esse fio condutor é a apropriação do amor como ética de vida. Como forma de exemplificar a potência de mobilizações políticas do setor cultural e como podem ser um ambiente propício para a conscientização do amor, é possível levar em consideração o processo de articulação para a criação da Lei Aldir Blanc (nº 14.017/2020).

Essa política cultural foi resultado da pressão organizada de artistas, produtores culturais, movimentos sociais e gestores da cultura articulados de forma revolucionária pelo meio digital durante o período da pandemia da Covid-19. Essa Lei sancionada em junho de 2020 destinou R\$3 bilhões para ações emergenciais no setor cultural a partir do repasse de recursos da União à estados e municípios. Ela ainda foi essencial para fornecer renda emergencial para trabalhadores da cultura informais e autônomos, para a manutenção de espaços culturais, coletivos e instituições que tiveram suas atividades interrompidas e de editais e chamadas públicas para fomento a projetos culturais, premiações e ações de incentivo à produção e difusão artística. Assim, a Lei Aldir Blanc (LAB) não apenas garantiu recursos emergenciais, mas também simbolizou o poder transformador de

comunidades culturais, quando empoderadas e motivadas pelo cumprimento de seus direitos e necessidades básicas.

De acordo com Deborah Rebello Lima e Marcelo Silveira Correia no texto “Campanhas midiáticas da Lei Aldir Blanc: mobilização e protagonismo social” (2022) “O pós-LAB indica a importância da institucionalização do setor, do fortalecimento de canais de escuta e participação e da especial vigilância e empoderamento da sociedade civil para garantir essa pluralidade de escuta”. Ou seja, o pós Lei Aldir Blanc encadeou no fortalecimento da ética amorosa na comunidade política cultural, pois bell hooks afirma que o amor comunitário é uma escolha contínua de partilha e solidariedade, com compromisso mútuo, escuta, presença e cuidado.

Esse fortalecimento de redes articuladas possibilitam outras conquistas para os produtores culturais, principalmente em situação de precarização e informalidade, como, por exemplo, a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 2022), uma política pública emergencial voltada ao setor cultural em prol da minimização dos impactos econômicos da pandemia. Aprovada em 2022, essa lei direciona R\$3,86 bilhões do superávit do Fundo Nacional de Cultura para os estados, municípios e Distrito Federal com o objetivo de promover ações e projetos culturais. A Lei Paulo Gustavo, assim como a Lei Aldir Blanc, são fruto da pressão popular e das mobilizações que o setor cultural realizou desde o início da pandemia, estimulando a participação dessa classe de trabalhadores nas políticas públicas.

Nessa mesma lógica de resistência baseada na construção de comunidades conscientes, é fundamental estimular que produtores culturais desenvolvam empreendimentos com uma cultura organizacional alinhada, dentro dos limites impostos pelo sistema capitalista, a práticas mais amorosas, éticas e conscientes. Como exemplo, é importante ser oferecido um plano de cargos e salários transparente e justo, priorizado contratações em regime CLT com vagas prioritárias para os marcadores sociais que mais são atingidos pela precarização do trabalho, desenvolvida políticas internas que oriente boas condutas profissionais, que valorize a flexibilização do horário, entre outras ações que, além de garantirem a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores contratados, contribuem com o desenvolvimento de relações mais humanas, honestas e equilibradas dentro desse setor. Quem desenvolve esse pensamento se utilizando como referência o amor, é Ingrid David, Comunicóloga e Filósofa, que em seu texto “Afetos no CNPJ: o que

Lacan, Bauman, Judith Butler, Foucault e bell hooks nos ensinam sobre relações no trabalho” afirma:

E aí entra bell hooks (minha igreja, como muitos amigos dizem para mim, brincando comigo) com sua proposição radical: o amor como PRÁTICA de liberdade. Para ela, amor não é romance ou idealização. É compromisso com o cuidado, com a ética, com o coletivo. Se levarmos isso a sério, amar no trabalho não seria uma fraqueza, mas uma prática política. Um jeito de construir relações mais equilibradas e honestas, ambientes menos violentos, lideranças mais humanas. (DAVID, Ingrid; 2025)

E a valorização de relações humanas e do impacto positivo no setor cultural é algo priorizado pela empresa Baluarte, que atua no setor cultural desde 2005. A diretoria é composta por três produtoras culturais: Paula Brandão, Fabiana Costa e Paula Sued e promovem soluções em cultura, educação e sustentabilidade. A empresa está engajada em movimentos que se preocupam com a inclusão, diversidade, sustentabilidade e qualidade do ambiente e condições de trabalho e, por isso, carregam os selos de certificado Empresa B, do Pacto Global, do Movimento Salário Digno - com recebimento de prêmio em 2024 -, Movimento Ambição Net Zero, Women's Empowerment Principles e Great Place To Work. Sobre a adesão ao Movimento Salário Digno, é desenvolvido em seu relatório anual de 2024 que:

Nossa adesão ao Movimento Salário Digno da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, em 2022, nos trouxe o conhecimento necessário para um processo que vínhamos amadurecendo de melhoria de nossa competitividade no mercado, de forma a retermos nossos melhores talentos bem como nos tornarmos atrativas para profissionais mais experientes. Soma-se a isto nosso propósito de atuarmos pela promoção de um mundo com mais equidade, que nos orienta a buscarmos sempre construir o melhor ambiente de trabalho, pois entendemos que esse nosso laboratório interno de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa precisa existir verdadeiramente.

Em 2022, implementamos uma jornada de atualização salarial para toda equipe, a partir da definição de um valor de salário digno (com base na metodologia Anker e em dados do DIEESE de out/22) e escalonando valores anualmente para, até 2026, garantirmos que toda equipe estará amparada no piso deste valor. Além do salário, as pessoas colaboradoras da Baluarte também recebem: plano de saúde (para equipe CLT e seus dependentes – filhos até 21 anos), cartão multibenefícios para auxílio alimentação, transporte e internet e vale cultura. (2025)

A Baluarte parte da premissa de que é preciso ser impacto para gerar impacto. Esse princípio orienta a construção de uma cultura organizacional baseada em valores como gentileza, colaboração, integridade, inclusão e responsabilidade. Esses pilares não apenas sustentam a identidade institucional da organização, mas também se desdobram em práticas concretas de cuidado e ética nas relações de trabalho. Como afirma seu manifesto institucional: “Valorizamos o coletivo e sabemos que a nossa força vem da nossa diversidade. Da soma de talentos. Da troca de experiências. Da união de saberes.”

Com o intuito de garantir um ambiente de trabalho saudável e alinhado a esses valores, a organização implementou um canal de ética e um código de conduta, reforçando o compromisso com a integridade nas relações internas e externas e o cuidado com as pessoas colaboradoras e toda a rede de impacto da Baluarte. Conforme o Manual da Pessoa Colaboradora da Baluarte, documento interno assinado por todas as pessoas contratadas, são diretrizes fundamentais: buscar o “diálogo com honestidade, respeito, justiça, dignidade e equidade”; promover “o cuidado com a qualidade de vida, saúde, segurança e com o meio ambiente”; e assegurar que ninguém utilize seu cargo ou função para obter vantagens indevidas.

Além disso, a empresa promove condições de trabalho que favorecem o equilíbrio entre vida profissional, pessoal e familiar, respeitando a jornada de 40 horas semanais previstas na CLT, mas estimulando a flexibilidade de horários para atender às demandas individuais. Há ainda um compromisso com a transparência na estrutura de cargos e salários, bem como a existência de protocolos claros e sigilosos para lidar com questões de saúde física e emocional das pessoas colaboradoras, fortalecendo o ambiente organizacional como um espaço de confiança, acolhimento e responsabilidade compartilhada.

A existência de uma empresa atuante no setor cultural, comprometida com práticas de responsabilidade e com a garantia da qualidade de vida de seus colaboradores — muitos dos quais são produtores culturais — representa uma conquista significativa. Ainda que não resolva, por si só, a fragilidade da ética amorosa no campo da cultura, esse compromisso demonstra que é possível desenvolver um trabalho consciente e coerente com princípios de cuidado, respeito, integridade e diversidade. A consolidação de um ambiente organizacional diverso que promova essas condições para produtores culturais oferece uma referência

concreta de que é viável adotar medidas éticas e humanizadas sem comprometer a sustentabilidade financeira de uma organização. Pelo contrário, a Baluarte deixa claro, a partir de seu Relatório Anual de 2024, que é a criação de um ambiente institucional diverso, humano e ético, que é o oferecimento de boas condições de trabalho, que permite o crescimento da empresa. Além disso, a reafirmação contínua dos valores institucionais por parte da Baluarte contribui ativamente para a conscientização do setor quanto à importância de condições dignas de trabalho, especialmente frente à precarização que ainda afeta amplamente os profissionais da cultura.

Para além de oferecer a garantia de direitos trabalhistas e desenvolver um bom ambiente de trabalho, o incentivo a criação de relações gentis, responsáveis, com diálogo honesto é estar em completo alinhamento com a base do amor. De acordo com bell hooks “o compromisso com a verdade estabelece as bases para a abertura e a honestidade que são o coração do amor” (2021, p.14), e é a partir dessa prática que é possível transformar dinâmicas de poder nas nossas relações cotidianas e desenvolver plenamente a comunhão entre pessoas .Com o aumento da circulação do discurso do ódio, que incita a violência, a discriminação e intolerância, se faz necessário o comprometimento com a propagação do amor com o propósito comunitário. O psiquiatra Scotch Peck diz que “nas comunidades e por meio delas reside a salvação do mundo” (Peck apud hooks, 2021, p.161) . Criando-se redes de amor nas comunidades, é possível agir como um antídoto contra as violências sociais e laborais, além de criar um importante elo. Silvane Silva, no mesmo texto citado acima, acredita que “Se o desamor está na ordem do dia, falar de amor pode ser revolucionário” (2021), assim, se faz necessário que se preocupem com a disseminação desse amor e que aumente sua força revolucionária e transformadora.

Por fim, é imprescindível que nessa comunhão amorosa de produtores culturais munidos de auto estima seja possível que esses profissionais possam agir como agentes transformadores, conceito desenvolvido anteriormente nesta pesquisa. É a partir de um movimento estruturado que essa classe de trabalhadores pode impactar amorosamente através de seu potencial transformador. Relembrando o que foi abordado no item 02 desse trabalho, é nesse ponto do processo, em que já foi trabalhado a auto estima, a mobilização social e empoderamento amoroso, que esses profissionais podem assumir suas identidades de etnógrafo, curador,

militante e administrador. A partir do estudo social do amor - etnográfico - o produtor pode identificar narrativas atreladas à esse objeto cultural - curador -, para que assim, possa localizar pontos estratégicos de desenvolvimento de suas ações em prol daquele objeto a partir de um sucessivos avanços de um processo paciente - militante- e, finalmente, planejar, gerenciar, resolver problemas burocráticos para colocar em prática suas estratégias - administrador. Aqui, é possível que a precarização do trabalho seja um objetivo de estudo dos agentes transformadores que, além de se mobilizarem politicamente para reivindicarem seus direitos e qualidades de vida, podem ativamente contribuir para que essa transformação aconteça a partir de sua prática profissional.

O desenvolvimento e envolvimento com ações culturais alinhadas à práticas amorosas deve ser pensado de forma que todas as pessoas que tenham compromissos laborais com essas ações possam ser impactadas positivamente por elas. Enquanto as ações realizadas por produtores culturais ou espaços e equipamentos culturais nos quais eles estão gerindo perpetuam as práticas desamorosas nas condições de trabalho daqueles que participam dessa atividade, o impacto positivo daquela ação, espaço ou equipamento perde sua base e seu sentido. O compromisso com o cumprimento das leis trabalhistas e com condições laborais favoráveis deve ser de toda a classe, e isso engloba todos os profissionais envolvidos naquela produção, não somente aos produtores culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo refletir sobre a precarização das relações de trabalho no campo da produção cultural, à luz do pensamento de bell hooks, especialmente no que diz respeito à ética do amor como prática política. Foi proposto um estranhamento perante onde esse amor, simbolicamente relacionado, de fato se encontrava no campo da produção cultural. Assim, foi necessário usar como base para a sua procura, o amor definido por bell hooks, aquele que é uma ética de vida, uma escolha radical e política, uma potência capaz de transformar todas as esferas da vida a partir da prática do cuidado, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta.

O estranhamento perante ao amor e sua relação com a precarização de produtores culturais se aprofundava principalmente quando, na procura do amor,

deparava-se com um mercado de trabalho de produção cultural conturbado, precário, informal e instável. Além disso, fui entendendo que, exatamente por conta de um mercado de trabalho precarizado que esses profissionais buscavam a força do amor como combustível e propósito para enfrentá-lo. Assim, esse estranhamento provocou questionamentos acerca de como o profissional de produção cultural poderia afetar positivamente a sociedade se fosse afetado negativamente por dinâmicas laborais violentas.

Desse modo, ao início da pesquisa, desenvolvi uma provocação à definição de cultura e da profissão de produção e gestão cultural que, em muitos casos, é desenvolvido de forma limitante: considerando cultura como as linguagens artísticas de uma comunidade e o produtor cultural como aquele que puramente executa projetos, eventos e ações envolvendo essas linguagens artísticas. Porém, com a ajuda de Gilberto Gil e Victor Vich, foi desenvolvido o conceito da cultura, para além de sua aura artística, como a que engloba todos os signos, os hábitos, os laços humanos, os gestos, os jeitos e os estilos de vida estabelecidos na comunidade. É a partir dessa ampliação de olhar que é possível desenvolver um entendimento completo de outras atividades que atravessam a profissão de produção e gestão da cultura.

Para além dessa definição, o profissional da cultura assume um papel transformador, alinhado à potência do amor, ao compreender que seu trabalho pode ir além da valorização da aura artística de uma comunidade, atuando também na transformação social de estruturas opressoras e marcadas pela ausência de cuidado e afeto. Ao assumir quatro identidades distintas — a de etnógrafo, curador, ativista e administrador (Vich, 2017) — amplia-se o campo de atuação e o potencial de impacto que produtores e gestores culturais podem exercer em seus contextos de trabalho. Com isso, a partir da percepção da magnitude transformadora desses trabalhadores, essa pesquisa passa a abordar o setor em que eles operam.

Ao longo da pesquisa sobre o setor cultural, aborda-se o que é a precarização laboral, como ela surge e opera, principalmente no recorte proposto pelo trabalho. Discutiu-se como a lógica capitalista e neoliberal - a busca desenfreada pelo lucro - está atrelada à política e economia, relação que resulta na flexibilização das leis trabalhistas, no aumento da informalidade e contratos temporários, flexíveis e instáveis. Assim, a precarização do trabalho é, de forma resumida, uma consequência do alto entrelaçamento de lógicas neoliberais à

política e economia, resultando na apresentação dos seguintes aspectos no âmbito do trabalho: insegurança, instabilidade e redução dos direitos trabalhistas

Quando se é tratado da política e economia cultural, já se percebe uma dificuldade estrutural advinda de uma desvalorização histórica dessa economia por si só, que, em muitos casos, está rendida às disputas ideológicas e políticas que assumem o poder. Como exemplo disso, essa desvalorização, por vezes, discriminação, do setor cultural pela ordem política é fenômeno recente e foi potencialmente vivida no mandato do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que sistematicamente mobilizou desmontes e perdas ao setor, gerando uma profunda instabilidade nas pessoas relacionadas à ele e sua economia.

Assim como falado anteriormente, essa economia também está atrelada às lógicas capitalistas e neoliberais que afetam as condições de emprego. Ilustração disso são políticas culturais, que deveriam apenas estar à serviço do incentivo da diversidade e valorização cultural de seu território, mas também estão entrelaçadas às lógicas empresariais e voltadas para seus interesses, impactando novamente nos aspectos laborais envolvidos nessas políticas. Além disso, houve o acontecimento da pandemia, que aprofundou ainda mais a fragilidade econômica e cessou a maior parte de suas atividades, deixando os produtores e gestores culturais sem expectativas de sustento e nem de quando seriam retomadas as atividades regulares da área cultural. A pandemia, além de desmobilizar todo o setor, atingiu de forma ainda mais intensa os trabalhadores informais.

Foi importante contextualizar a situação do setor cultural envolvendo os âmbitos políticos e econômicos para explorar como a precarização opera nele e atinge as pessoas que trabalham com a cultura. A conclusão possível é que, enquanto for priorizado o lucro, as condições laborais serão flexibilizadas e relativizadas. A maioria dos produtores culturais atua como autônomo ou informal, o que os exclui das garantias trabalhistas básicas, como férias, licenças, estabilidade e proteção previdenciária. Essa informalidade é agravada pela instabilidade política e econômica e pela ausência de regulamentações específicas para o setor.

A lógica de “empresário de si mesmo”, fortalecida após a Reforma Trabalhista de 2017 e pela prática da pejotização, faz com que esses profissionais assumam obrigações típicas de uma empresa sem ter os mesmos direitos de um trabalhador formal. Isso os coloca em constante estado de autogerenciamento, exigindo que mantenham redes ativas de contatos, imagem pública favorável e múltiplas fontes

de trabalho, muitas vezes sem remuneração garantida entre os projetos. Essa lógica por “freelas” ou por inscrição em editais impede que haja uma previsibilidade de receita mensal, o que torna quase inviável a construção de um orçamento familiar estável, a reserva de emergência ou a realização de investimentos de longo prazo.

Essa forma de trabalho, marcada por flexibilidade forçada, insegurança financeira e ausência de vínculos formais, contribui não apenas para a desvalorização da profissão, mas também para o adoecimento físico e mental desses trabalhadores. As exigências de performance, visibilidade e constante disponibilidade prejudicam a construção de relações verdadeiras, alimentando a competitividade e a fragmentação da categoria profissional. Como resultado, o trabalhador informal da cultura vive um cenário de desproteção, instabilidade e solidão, mesmo atuando em um setor que, paradoxalmente, se baseia em redes, afetos e trocas simbólicas.

Antes mesmo de se falar do amor no último item da pesquisa, se torna evidente que grande parte dos produtores culturais estão lidando muito mais com o desamor do que com o amor em suas dinâmicas de trabalho. Se o amor é cultural, ele está exposto às nuances culturais da comunidade em que o pratica, seja sua lógica capitalista, sua romantização, suas dinâmicas de opressão. Por conta disso, nem todas as áreas da vida serão plenamente amorosas, porém, visto o poder transformador do amor ético e político, ele pode servir como uma forma de resistência, freando o sentimento de desesperança e impotência. O utilizando como resistência se torna possível que o amor acabe abrindo fissuras em estruturas marcadas pelo desamor.

Assim, entendo que é possível resistir pelo amor, esse trabalho defende que o amor próprio, também defendido por bell hooks, é o primeiro passo para a transformação. A partir da identificação de seu autovalor é possível criar relações verdadeiras consigo e com os outros e assim se aproximar ainda mais da resistência de viver uma vida com mais qualidade. Por mais que seja um grande desafio, o auto amor é o que possibilitará a plena conscientização e prática dele.

Além disso, só se ama quem se conhece, e o autoconhecimento pode permitir que se identifique com mais facilidade quando seus limites são ultrapassados, seja pelo trabalho ou por qualquer âmbito da vida. Além da identificação de limites ultrapassados, o indivíduo que se ama poderá delimitar os seus limites com mais autoridade. Essa familiaridade com o seu próprio ser, por si

só, já é um processo de cura, transformação e resistência. E, ao recortar para o campo laboral, quando a prática do amor próprio conduz à valorização de si e de sua identidade, ela pode reverberar em escolhas profissionais mais conscientes, permitindo ao sujeito compreender de forma mais ampla os efeitos da precarização do trabalho em sua totalidade.

Assim, é a partir de indivíduos conscientes que se pode construir uma comunidade amorosa ainda mais potente. Nessa pesquisa, é sustentado que a movimentação articulada de uma comunidade alinhada às práticas amorosas demonstra um grande potencial transformador. Esse potencial se demonstra em mais de um aspecto de uma comunidade, um deles é o caráter de apoio, acolhimento, assistência, sustentação de um grupo. É a oportunidade de resistir perante o alto individualismo e, por vezes, o sentimento de solidão promovido pela pejotização e informalidade e buscar relações baseadas em honestidade e companheirismo.

Além desse aspecto, as comunidades geram mobilizações sociais e políticas eficientes e potentes. Essas mobilizações, quando alinhadas às práticas amorosas, adquirem um fio condutor ético importante: a escuta e diálogo aberto e honesto, o compromisso com suas causas, o respeito, afeição e confiança em suas relações. Nessa comunidade também serão trabalhadas as interseccionalidades de raça, gênero, idade, classe, território, orientação sexual entre outras que refletem nas causas trabalhadas internamente e externamente a partir das mobilizações políticas. Como exemplo, como a maior parte das pessoas em situação de informalidade da cultura são negros, as mobilizações e demandas dessa comunidade precisa levar isso em consideração.

A partir dessas considerações, entende-se que o impacto positivo dessa comunidade e do amor pode incentivar o desenvolvimento de empreendimentos conscientes em produção cultural, que possam abraçar as ideias e práticas amorosas em sua conduta e cultura interna. A pesquisa usou como exemplo a Baluarte, empresa fundada por produtoras culturais e que tem inúmeras de suas atividades em cultura, e que se preocupa com o bem estar, qualidade de vida de seus colaboradores, bem como o estímulo da diversidade de sua equipe. Assim, o amor se desenvolve com os nossos e pelos nossos, e reverbera em nosso trabalho.

Por fim, a pesquisa retorna aos agentes transformadores, conceito proposto e trabalhado no início dela. Após as reflexões e propostas de resistências através do

amor, entende-se que cria-se um ambiente favorável para o desenvolvimento desses agentes transformadores e que é neles que reside também o potencial transformador da sociedade. A partir das 04 identidades, é possível que o amor seja reverberado em seus projetos, eventos e ações, possibilitando que eles possam contribuir ativamente para que a sociedade possa conhecer o amor ético.

Ao propor o amor como fio condutor ético das relações no trabalho cultural, esta pesquisa propõe à construção de um futuro possível — em que produzir cultura não seja uma sentença à qualidade de vida, nem que seja uma dificuldade em alcançar a estabilidade financeira e bem estar, mas sim um cultivo verdadeiro ao cuidado, o afeto e a responsabilidade coletiva. Que essa ética amorosa possa guiar novos modos de organização e mobilização no setor e incentivar uma mudança estrutural do nosso sistema.

É importante reconhecer que esta pesquisa tem um caráter exploratório e não pretende esgotar a complexidade das relações entre trabalho, afeto e cultura. Ainda há muito a ser investigado, sobretudo em relação às experiências de resistência coletiva e à elaboração de políticas públicas que valorizem o bem-estar dos trabalhadores da cultura. É possível discorrer sobre diversos recortes dentro desse tema e se aprofundar em diferentes aspectos dele.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.

Barbosa, A. M. e S., & Orbem, J. V. (2015). “PEJOTIZAÇÃO”: PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DAS RELAÇÕES HUMANAS. *Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da UFSM*, 10(2), 839–859.
<https://doi.org/10.5902/1981369420184>

BOURDIEU, Pierre. *O mercado de bens simbólicos*. In: *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 162–199.

BRAGA, Thallys; GORZIZA, Amanda; BUONO, Renata. *O rombo no orçamento da cultura*. Revista Piauí. Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/o-rombo-no-orcamento-da-cultura/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Agência IBGE Notícias. *De 2011 a 2022, setor cultural ganha empresas, mas perde participação na economia*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38501-de-2011-a-2022-setor-cultural-ganha-empresas-mas-perde-participacao-na-economia#:~:text=Em%20uma%C3%A9cada%C2%20o%20n%C3%BAmero,6%C2%25%20em%202021>.

DAVID, Ingrid. *Afetos no CNPJ: o que Lacan, Bauman, Judith Butler, Foucault e bell hooks nos ensinam sobre relações no trabalho*. [S.I.], 2025.

DOMINGUES, João; PORTELA, Gustavo (org.). *Realização Profissional e Precarização: estudos sobre o trabalho cultural a partir da experiência discente*. Rio de Janeiro: Letra Capital Acadêmica, 2019.

Estudo mostra que PIB da economia da cultura e das indústrias criativas supera o da indústria automobilística. Ministério da Cultura, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-que-pib-da-cultura-supera-o-da-industria-automobilistica>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GIL, Gilberto. Discurso de posse no Ministério da Cultura. In: BRASIL. Ministério da Cultura. *Discursos do Ministério da Cultura: Gilberto Gil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

HOOKS, Bell et al. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Com pandemia, setor cultural perde 11,2% de pessoas ocupadas em 2020*. Agência IBGE de Notícias, 08 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38501-de-2011-a-2022-setor-cultural-ganha-empresas-mas-perde-participacao-na-economia#:~:text=Em%20uma%C3%A9cada%C2%20o%20n%C3%BAmero,6%C2%25%20em%202021>.

ias/32482-com-pandemia-setor-cultural-perde-11-2-de-pessoas-ocupadas-em-2020.

Acesso em: 15 jun. 2025.

MOREIRA, Rafael; SPADA, Lincoln. *Destruição da cultura no governo Bolsonaro é tema de livro*. Jornal da USP, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/cultura/destruicao-da-cultura-no-governo-bolsonaro-e-tema-de-livro/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PESSINI, Maria Helena. *Informalidade: analisando a origem do trabalho precarizado*. Politize!, 28 dez. 2022. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/trabalho-precarizado/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PEDROSO, Sandra Helena. *O produtor cultural e a formalização de sua atividade*. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, ano 4, n. 7, p. 165-173, dez. 2014. DOI: 10.22409/pragmatizes.v0i7.10395. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10395>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Produção Cultural – profissão. Guia do Estudante. Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/producao-cultural/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RODRIGUES, L. A. F.; LIMA, D. R.; CALABRE, L. (orgs.). *Emergência e imersões de políticas culturais: panoramas a partir da LAB*. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2023.

SILVA, Silvane. *O Amor Como Antídoto*. 2021. Disponível em:

<https://bdmgcultural.mg.gov.br/educativo-publicacoes/o-amor-como-antidoto/>.

Acesso em: 22 jun. 2025.

TIBÚRCIO, Marina. *A precarização do trabalho e o crescimento do trabalho informal no Brasil*. Jusbrasil. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-precarizacao-do-trabalho-e-o-crescimento-do-trabalho-informal-no-brasil/2611681295>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TOLILA, Paul. Como a economia chega à cultura: as principais questões. In: _____, *Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. p. 23–67.

VICH, Victor. *O que é um gestor cultural?* Revista Periférica, n. 28, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiferica/article/view/22530>. Acesso em: 22 jun. 2025.

WU, Chin-Tao. A absorção da cultura empresarial: instituições artísticas a partir da década de 1980. In: _____. *Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 145–179.